PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2010.
(Do Sr. FRANCISCO PRACIANO e outros)

Acrescenta § 6º ao artigo 129 da
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Acrescenta-se § 6º ao artigo 129 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Art. 129

§ 6º - O Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados encaminharão semestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público relatórios sobre o andamento dos procedimentos administrativos instaurados, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública” (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, de acordo com o § 2º do art. 130-A, da Constituição Federal, tem competência para o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e, de igual forma, **do cumprimento dos deveres funcionais dos promotores e procuradores**, cabendo-lhe **zelar pela observância do art. 37 de nossa Carta Magna**.

A presente Proposta de Emenda Constitucional estabelece a obrigatoriedade, para os membros do Ministério Público, de comunicarem ao Conselho Nacional do Ministério Público, semestralmente, o andamento dos procedimentos administrativos que houverem sido instaurados, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública, práticas essas que, como todos sabemos, atentam contra o erário.

O objetivo desta Proposição é conferir maior transparência na condução dos procedimentos administrativos instaurados para a apuração de atos que atentam contra a Administração Pública, uma vez que, semestralmente, estará o CNMP informado sobre as providências adotadas em cada procedimento instaurado. As informações ao CNMP aqui previstas, ainda, ajudarão a evitar, principalmente, a demora na conclusão dos referidos procedimentos administrativos e o aumento do número de casos em que os autores desses atos contra o erário permanecem impunes.

Em face do que aqui se expôs, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de junho de 2010.

FRANCISCO PRACIANO

Deputado Federal PT/AM